

## COTAS ÉTNICO-RACIAIS EM PORTO ALEGRE/RS: TRAJETÓRIAS DAS PRIMEIRAS PROFESSORAS NEGRAS COTISTAS NO MUNICÍPIO

Allan Barcellos da Rosa

Carolina Chagas Schneider

Neste trabalho apresentamos os resultados de um estudo realizado com quatro das primeiras professoras negras cotistas do município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. O propósito do trabalho foi compreender a relação entre o processo de inserção das primeiras professoras cotistas na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre e a implementação da Lei Federal nº 10.639 de 2003, que instituiu o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar. As quatro primeiras professoras cotistas ingressaram na Rede Municipal de Ensino (RME) de Porto Alegre, a partir da adoção pelo município do sistema de reserva de vagas para afro-brasileiros. O processo de implementação de cotas étnico-raciais na prefeitura de Porto Alegre foi tenso e culminou em uma disputa jurídica, a partir do momento em que a constitucionalidade do sistema de reserva de vagas para afro-brasileiros foi questionada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). O processo durou um ano e mobilizou diversas entidades, intelectuais engajados e órgãos como prefeitura, movimento negro, professores e o próprio Tribunal de Contas. As entrevistas com as quatro professoras cotistas foram individuais e ocorreram na primeira quinzena de setembro de 2015, em quatro espaços/momentos diferenciados. Com o uso de entrevistas semiestruturadas, foi produzida uma pesquisa qualitativa, de tipo exploratória, que teve como objetivo analisar as trajetórias profissionais dessas professoras cotistas. A interpretação dos dados foi realizada com base na metodologia da Análise Textual Discursiva proposta por Moraes e Galiazzi (2011). Dentre os resultados destacam-se as situações de racismo e discriminação sofridos nos ambientes escolares e acadêmicos e, em contraponto, a busca pela realização profissional e ascensão social das cotistas parceiras da pesquisa. Cabe ressaltar que foi significativo para essas professoras terem sido admitidas via sistema de cotas étnico-raciais, pois isso representou uma mudança substancial na forma de compreenderem suas práticas pedagógicas, suas relações com a escola e com os demais atores nela implicados. Quanto à implementação da Lei 10.639/03, as professoras apontam que, a partir do questionamento do TCE, houve uma resignificação de suas práticas educativas. Porém de acordo com as mesmas não há consenso, nem no campo da educação nem na sociedade em geral, quanto a abordagem de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, embora tenhamos 13

anos decorridos da promulgação da lei que instituiu o ensino das mesmas em todos os níveis de ensino e em todas as escolas do país.

Palavras-chave: Ações Afirmativas, Formação de Professores, Relações Étnico-Raciais, Práticas-pedagógicas, Lei 10.639/03.